

REDUÇÃO DOS ESPAÇOS CÍVICOS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: A PANDEMIA DA COVID-19 COMO ACELERADOR DE RISCO.

Andrei Serbin Pont - Constanza Boettger

CONTEXTTO

A crise da COVID-19 abalou a comunidade internacional por sua rapidez e abrangência em sua origem, mas não implicou uma alteração e sim uma aceleração das tendências geopolíticas globais pré-existentes, sendo a redução dos espaços cívicos uma delas. Na América Latina e no Caribe, as organizações da sociedade civil que trabalham com prevenção de conflitos, resiliência, construção da paz e direitos humanos enfrentaram um triplo desafio relacionados ao tema dos espaços cívicos. Dois desses desafios estão atrelados a mecanismos externos, decisões e situações que condicionam suas ações e um terceiro aspecto refere-se às próprias limitações operacionais. Quando a pandemia da COVID-19 chegou à América Latina e Caribe, a região enfrentava seu próprio processo de transição articulado pelo surgimento de uma nova ordem internacional, bem como por mudanças no mapa político e econômico regional. A situação atual criou condições para que as elites governantes expandissem sua panóplia de ferramentas para enfrentar a pandemia, mas que ao mesmo tempo correm o risco de serem instrumentalizadas para avançar sobre as agendas pré-existentes à pandemia, contribuindo para a corrosão e contração do espaço cívico regional. O primeiro desafio externo que as organizações da sociedade civil enfrentam constitui-se por instrumentos de controle social, mecanismos repressivos, ampliação dos poderes executivos, censura e excessiva atuação estatal que, por sua vez, se tornaram respostas recorrentes à COVID-19. De acordo com o Monitor de Seguimento do Espaço Cívico de CIVICUS (2020), os dados da América Latina e do Caribe mostram que o espaço cívico foi reduzido em 22 dos 32 países, sendo obstruído e bloqueado em 8 deles. Em termos demográficos, isso significa que mais da metade da população do continente vive em países com um espaço cívico bloqueado (32%) ou repressivo (25%), os 45% restantes vivem em países onde o espaço cívico diminuiu nos últimos anos.

Os casos mais notórios ocorreram no México, Brasil e Venezuela. O desrespeito aos riscos apresentados pelo vírus tornou-se a norma e foi mais tarde substituído por uma resposta insuficiente do Estado e/ou o uso político da pandemia para apoiar as estruturas repressivas do Estado para fins que excediam as próprias necessidades de resposta à pandemia e respondiam aos interesses políticos da liderança do governo (HRW, 2020).

O segundo desafio da sociedade civil regional para continuar avançando na criação e consolidação de espaços é de caráter interno. A promoção de agendas próprias, independentemente das impostas por governos ou organizações intergovernamentais em nível regional, é obstruída em muitos casos por suas próprias limitações operacionais. As limitações operacionais mencionadas não se referem somente ao estabelecimento de agendas, mas também ao nível de execução dos programas, a sua sustentabilidade a médio e longo prazos, a adaptação às mudanças externas, a disponibilidade de pessoas comprometidas para dar seguimento e reportar as necessidades dos doadores e a ausência de trabalho conjunto e coordenação entre organizações que trabalham nas mesmas questões, que se deve em muitos casos ao desconhecimento do trabalho feito por outras organizações, ou, em muitos casos, à disputa por recursos escassos. Este último ponto reforça a posição de vulnerabilidade das organizações da sociedade civil (doravante OSC) para estabelecer agendas de discussão e permitir seu desenvolvimento e execução bem-sucedida.

Atualmente, e conforme observado anteriormente, as condições para a participação efetiva dos cidadãos não têm sido facilitadas em nível nacional. Como já foi mencionado, o espaço cívico tende a ser reprimido ou obstruído em muitos dos países da região, no âmbito da adoção de leis que proíbem e reprimem as OSCs, violando os direitos dos cidadãos de se organizar, manifestar e mobilizar. Diante do risco iminente de conflito, violência e instabilidade, as OSCs desempenham um papel fundamental na construção de resiliência, fortalecimento dos mecanismos de diálogo e formulação de recomendações de políticas para combater esses riscos e contribuir para uma situação mais estável e pacífica, bem como um futuro mais inclusivo.

Um dos exemplos mais claros da situação atual é o aprofundamento da crise humanitária na Venezuela, que é a maior crise de refugiados da história latino-americana. No momento em que este brief foi escrito, 5.093.987 venezuelanos (ACNUR) já haviam deixado sua pátria. Durante a última década, o espaço cívico na Venezuela foi reprimido. Lá, membros da sociedade civil que criticam os governantes correm o risco de serem vigiados, hostilizados, intimidados, presos, feridos e mortos, em decorrência de ações de atores pertencentes ou não ao Estado, incluindo organizações criminosas ilegais, cartéis de drogas e grupos armados pró-governo. A pandemia da COVID-19 fortaleceu este tipo de ação repressiva ao instrumentalizar a crise sanitária como ferramenta legitimadora dos deslocamentos militares para o controle social, ampliação das ações do Estado que violam direitos como a propriedade privada e a limitação da circulação para reduzir as possibilidades de mobilizações populares em protesto das medidas governamentais.

Nenhum país de nossa região escapou do impacto desta crise. Os Estados da América Latina e do Caribe sempre tiveram capacidade limitada para responder com eficácia às crises. Devido à fragilidade de suas instituições, essas capacidades recuaram ainda mais diante da situação atual, como se poderá observar no caso de El Salvador a partir do brief de Celia Medrano. As lacunas nos sistemas de saúde eram a principal preocupação para muitos. No entanto, a questão da crise econômica junto com a instabilidade socioeconômica rapidamente se tornou um tópico central no debate.

Em setembro de 2019, Michelle Bachelet, Alta Comissinada das Nações Unidas para os Direitos Humanos, expressou sua preocupação com a redução do espaço cívico e democrático no Brasil, caracterizado por ataques a defensores dos direitos humanos e restrições ao trabalho da sociedade civil. O documento de Gilberto Rodrigues ilustra isso a partir da abordagem do Decreto 9.759 promulgado pelo governo Bolsonaro que reduz os conselhos federais com participação da sociedade civil de 700 para 50, o que não apenas retira a voz da sociedade civil como formuladora de políticas públicas, mas enfraquece a projeção de causas transversais à política regional e internacional, obrigando-as a trabalhar não só em condições de fragilidade, mas também de modo individual, unilateral e muitas vezes unidirecional.

Conforme observado acima, a crise humanitária na Venezuela não é o único exemplo da situação atual na região; também houve turbulência recente em outras partes da região. A "onda de manifestações" de 2019 na Bolívia, Colômbia, Chile, Triângulo Norte da América Central (Guatemala, Honduras e El Salvador), Paraguai e Peru são reflexo das crises institucionais, econômicas, políticas e sociais, que só não foram mais intensas em 2020 devido à quarentena e ao confinamento. A panela de pressão de 2019, posta em pausa em 2020, pode se transformar em fazer de 2021 um ano ainda mais complexo em toda a região. Eventos recentes no Peru reafirmam uma iminente instabilidade pós-pandêmica das instituições democráticas já abaladas, onde a proteção de populações vulneráveis exigirá inevitavelmente ações conjuntas para dar respostas multidimensionais à crise atual.

Essas ações que têm um impacto direto sobre as OSCs em todo o mundo, mas particularmente no Sul Global, serão normalizadas e continuarão a serem instrumentalizadas no mundo pós-COVID19? Não podemos responder com certeza, mas é imprescindível criar mecanismos não apenas de alerta preventivo, mas também de resposta preventiva para o futuro próximo e os desafios que ele nos apresentará. A sociedade civil tem um papel fundamental a desempenhar, que não pode ser descuidado, especialmente em situações de discursos políticos polarizados ou crises econômicas iminentes, como as que se espera de forma aprofundada em 2021. A sociedade civil não somente deve preencher as lacunas deixadas pelo Estado, inclusive em alguns casos até compensar a ausência do Estado, como também deve criar as condições necessárias para futuras instâncias de diálogo e negociação que serão de extrema importância. As mesas de diálogo no caso da Nicarágua foram fundamentais, embora atualmente estejam suspensas e, em termos de reconstrução da matriz social, urge sua reativação. Há casos em que a sociedade civil consegue canalizar a vontade de determinados atores de se comunicar, dialogar e negociar, oferecendo alternativas ao uso da violência como instrumento político. A legislação repressiva apenas reduz esses espaços, o que pode ser visto claramente nos documentos de Marlin Sierra e Elienai Gonzalez. A crise da COVID-19 exige que a sociedade civil aja rapidamente, mesmo quando as ações sejam feitas diante de nossas casas.

Um terceiro desafio externo que afeta o funcionamento das organizações da sociedade civil é de caráter financeiro. No contexto da crise que acelerou a pandemia da COVID-19, o impacto sobre as organizações que fornecem financiamento e os governos dos países doadores é cada vez mais evidente. O redirecionamento dos recursos para enfrentar a pandemia tornou pouco promissoras as perspectivas financeiras para as OSCs do Sul Global. Embora a maioria das fundações e agências doadoras tenha dado um passo à frente para apoiar seus donatários e parceiros no curto prazo, a disponibilidade geral de fundos provavelmente diminuirá no médio prazo. Isso coloca as OSCs em uma posição de maior vulnerabilidade do que no passado, especialmente se a ausência de financiamento vier combinada com medidas repressivas do Estado e limitações operacionais.

Esta série de policy briefs sobre a redução dos espaços cívicos reuniu profissionais de toda a região, incluindo membros de organizações que trabalham em diferentes campos, como direitos humanos, migração, prevenção de conflitos, atrocidades em massa e Responsabilidade de Proteger, com o objetivo de que contribuam com a discussão com sua própria experiência e uma análise sobre a situação da redução dos espaços cívicos em cada um de seus países. Em segundo lugar, o objetivo destes documentos não é apenas apresentar um panorama estrutural sobre como a situação dos espaços cívicos regrediu, mas com o objetivo de destacar o fator humano das crises, e como que "apesar de tudo" as OSCs continuam trabalhando para proteger esses espaços e colaborando com os diretamente afetados pela violência, pela emergência humanitária e pelas vulnerabilidades que a pandemia tornou inevitáveis. Finalmente, nós, os integrantes do Fórum de Cúcuta, continuamos apoiando o desenvolvimento de estratégias regionais que possam aprofundar o enfoque da situação atual e gerar discussões epistêmicas e respostas pragmáticas que permitam elaborar recomendações no futuro imediato em nível regional.

Finalmente, queremos compartilhar algumas recomendações e lições aprendidas em nosso trabalho com o Fórum de Cúcuta e no desenho de Estratégias para a Prevenção de Genocídio e Atrocidades em Massa na América Latina e no Caribe.

Em primeiro lugar: Incluir nos fóruns da sociedade civil diferentes organizações que atuam em diferentes áreas, como direitos humanos, migração, prevenção de conflitos e atrocidades em massa, Responsabilidade de Proteger e outros, atores governamentais e instituições acadêmicas para que contribuam com a discussão de sua experiência própria.

Em segundo lugar: promover o trabalho coordenado e o intercâmbio de informações entre organizações que atuam diretamente no campo e organizações cuja abordagem seja de natureza acadêmica, o que permite retroalimentar as abordagens e gerar projetos e programas abrangentes que ocupem espaços cívicos vazios.

Em terceiro lugar: Desenvolver capacidades e relações de confiança para intercambiar informações e monitorar iniciativas transversais relevantes para manter a paz integral em nível regional através da cocriação de novos processos e fóruns de intercâmbio regular e de colaboração estratégica.

Finalmente: Apoiar o desenvolvimento de estratégias regionais que possam aprofundar a abordagem de cenários atuais ou futuros para gerar discussões epistêmicas que permitam provocar novos debates e abrir janelas de oportunidade.

I REFERÊNCIAS

ACNUR (10 de noviembre 2020). R4V Response for venezuelan actualización. Disponible en: <https://data2.unhcr.org/en/situations/platform>. L

CIVICUS (2020). Monitor Tracking Civic Space. World Map. <https://monitor.civicus.org/country/>

Human Rights Watch (2020). Venezuela: A Police State Lashes Out Amid Covid-19. <https://www.hrw.org/news/2020/08/28/venezuela-police-state-lashes-out-amid-covid-19>